



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

20/10/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Paim vai tentar acordo para aprovar projeto sobre a contribuição assistencial

O projeto sobre a contribuição assistencial (ou negocial) para entidades sindicais tem como relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado um especialista no tema. Paulo Paim (PT-RS) já adiantou que vai buscar um texto de consenso, ouvindo representantes dos trabalhadores e dos empregadores.

É um tema ao mesmo tempo crucial para as entidades e que enfrenta resistência no Congresso, com viés antissindical. Especialmente na figura do senador Rogério Marinho (PL-RN), relator do Projeto de Lei 2.099 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Marinho também foi o relator da “reforma” trabalhista de 2017, que está na origem do problema. O projeto que resultou na Lei 13.467 extinguiu o imposto sindical, mas não ofereceu alternativas de financiamento para as representações.

A história se repete. O parecer de Marinho na CAE veda repasse, aos sindicatos, da chamada contribuição assistencial ou negocial. Foi uma resposta quase imediata à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou constitucional a cobrança para trabalhadores não associados.

Mas a contribuição assistencial nada tem a ver com o antigo imposto sindical, extinto em 2017. Esse equivalia a um dia do salário do trabalhador, cobrado uma vez por ano. Também era cobrado no setor patronal, com base no capital social. Já a assistencial (ou negocial) deve ser aprovada em assembleia, garantido o direito de oposição para quem não quiser contribuir. Os sindicatos lembram que os acordos coletivos são válidos para toda a categoria, sendo sócios ou não. Por isso, todos deveriam contribuir para a manutenção das entidades representativas. Seis centrais também criaram um sistema de autorregulação sobre o tema.

Para Paim, o fortalecimento dos sindicatos é bom, inclusive, para a economia. Além disso, é preciso haver equilíbrio nas relações de trabalho. “Podemos chamar de contribuição negocial ou assistencial, mas definitivamente não somos a favor do imposto sindical. Mas ao mesmo tempo não dá para as entidades não terem nenhuma forma de manter suas estruturas, para que possam ser boas negociadoras. E o diálogo que defendemos não é só com os empregados, é com empregados e empregadores”, afirmou recentemente.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 20 de outubro.

Lupi diz que espera reduzir fila do INSS até o final deste ano

O ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, disse nesta quarta (18), em São Paulo, que espera reduzir a fila de concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) até o final deste ano. A expectativa do governo federal é que, até dezembro, o tempo médio de espera por uma perícia médica caia para 45 dias, conforme é previsto em lei.

“Acredito que, até o final do ano, vamos ter a fila para os 45 dias da lei. A lei permite até 45 dias. E no ano que vem, espero viver um outro patamar para melhorar ainda mais esse serviço”, disse Lupi a jornalistas, após falar no 44º Congresso Brasileiro de Previdência Privada (CBPP), que acontece até o dia 20 de outubro no Transamerica Expo Center, na capital paulista.

Segundo o ministro, isso será possível porque o ministério vem adotando uma série de medidas para reduzir as filas, entre elas o Programa de Enfrentamento da Fila (PEF), a inauguração de novas agências e também a melhoria da plataforma Meu INSS. “Nós também estamos tomando medidas que são permanentes como o Atestmed, que já está aberto em todas as agências da Previdência Social”, disse o ministro.

A plataforma Atestmed foi criada para que segurados do INSS que precisam solicitar o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) façam o requerimento por meio de análise documental (Atestmed), sem precisar passar pela perícia médica.

A jornalistas, o diretor-presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Jarbas Antônio de Biagi, disse que a entidade pretende aproveitar a visita do ministro ao Congresso para conversar sobre algumas demandas do setor.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 20 de outubro.

INSS não vai mais cobrar devolução de valores de aposentado por invalidez

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) deixará de cobrar os valores pagos a mais aos segurados que se aposentaram por invalidez após a reforma da Previdência, mas receberam valor maior de auxílio-doença antes de ter o benefício por incapacidade permanente concedido.

A medida está em portaria publicada pelo órgão no início de outubro e tem como objetivo atender ao que foi determinado pela Justiça em ação civil pública do Espírito Santo.

Segundo o documento, os descontos que estejam sendo feitos devem deixar de existir e novas cobranças não podem ocorrer.

O motivo da devolução dos valores é que a reforma da Previdência alterou o cálculo de todas as aposentadorias, incluindo a por invalidez, hoje chamada de aposentadoria por incapacidade permanente.

Com isso, o aposentado por invalidez recebe valor menor do que o segurado que tem auxílio-doença.

Segundo a advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a regra vai beneficiar segurados que recebiam auxílio-doença e tiveram decisão judicial mandando o INSS conceder a aposentadoria por invalidez desde a data inicial do auxílio.

"Nesse caso, como ele [o segurado] recebeu o auxílio-doença, que é 91%, retroagindo e pagando a invalidez, na verdade, ele teria de devolver dinheiro, porque a invalidez acaba ficando menor do que o auxílio", diz.

"Em razão da mudança da emenda 103 de 2019 havia uma discussão de que se a invalidez fosse reconhecida desde período anterior ao requerimento do auxílio-doença, o segurado teria de devolver valores, já que o valor da invalidez é menor do que o auxílio por incapacidade temporária, o antigo auxílio-doença. Um absurdo isso", afirma.

"E essa portaria diz que não deve ser devolvido o que foi recebido a mais pelo segurado", diz.

Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que essa disparidade ocorre por causa da reforma. "Em situação de migração de auxílio-doença para aposentadoria por invalidez pode haver diferença de cálculo", afirma.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 20 de outubro.

Petrobras aumenta preço do diesel e reduz o da gasolina

A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (19) aumento no preço do diesel e redução no valor da gasolina em suas refinarias.

O litro do diesel subirá R\$ 0,25 e o da gasolina cairá R\$ 0,12 a partir deste sábado (21).

Com a mudança, o litro do diesel vendido pelas refinarias da estatal custará R\$ 4,05. Já a gasolina será vendida a R\$ 2,81. Os repasses às bombas dependem de estratégias comerciais de postos e distribuidoras de combustíveis.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, havia sinalizado os reajustes dos combustíveis pouco antes da divulgação oficial, alegando que as cotações internacionais do petróleo tendem a se estabilizar em patamares mais altos.

"Desde agosto, nós fizemos um ajuste [nos preços]. Agora já estávamos no limiar de fazer mais uma consideração importante em relação aos novos patamares de preço", afirmou, em live promovida pela agência EPBR.

A divulgação de reajustes nos preços à noite e com dois dias de antecedência foge ao padrão que vinha sendo utilizado pela empresa, que costumava divulgar os comunicados nas manhãs dos dias anteriores aos aumentos.

No comunicado desta quinta, a Petrobras disse que está no "limite da sua otimização operacional, incluindo a realização de importações complementares". Segundo a empresa, o reajuste visa "reequilíbrio com o mercado e com os valores marginais para a Petrobras".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 20 de outubro.